

EM BUSCA DO DOCUMENTO PERDIDO: A PROBLEMÁTICA DA CONSTRUÇÃO TEÓRICA NA ÁREA DA DOCUMENTAÇÃO¹

1. Armadilha da memória - breve introdução

*"De nossa vida em meio da jornada
achei-me numa selva tenebrosa
tendo perdido a verdadeira estrada".²
Dante Alighieri*

"O tempo é a única riqueza que só se pode poupar gastando". Mesmo mantendo as asas, sou presa fácil da teia do esquecimento, não consigo lembrar o autor desta frase. Talvez tenha sido Goethe, mas isso não importa no momento. Com segurança, não estou em busca de um argumento de autoridade, e sim de compreender a maestria do tempo no jogo complexo do perde-ganha.

Para onde quer que eu dirija a atenção lá está o tempo a me olhar; impávido, colosso, desafiando o entendimento e a imaginação. O tempo é esfinge lançando interrogações.

Decifrar o tempo é também compreender que "matá-lo" não nos ajuda a sobreviver. Compreendido como CÍRCULO, como ESPIRAL ou como LINHA, o tempo é invenção e não passa de uma sucessão de estados mentais e psíquicos.

De qualquer modo, o que efetivamente interessa neste momento é o entendimento de que o tempo, tendo dimensão cultural, é a razão da história, da memória, da comunicação, da investigação, da preservação, da informação, do patrimônio e do documento.

O presente texto, partindo da noção de tempo, está interessado em refletir acerca do conceito de documento nas áreas de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

2. Do não-senso, do senso-comum e do senso crítico

O que é a museologia para além de uma pedra lançada no lago provocando marolas circulares?³ O que é a biblioteconomia para além de um sonho literário do cego Jorge Luís Borges? E, finalmente, o que é a arquivologia para além das gavetas abertas e fechadas no corpo da Vênus de Salvador Dali?

Pela via do senso-comum será possível compreender a museologia como o estudo dos museus; a biblioteconomia como o estudo das bibliotecas e a arquivologia como o estudo dos arquivos.

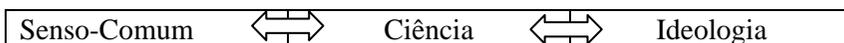
E o que são os museus, as bibliotecas e os arquivos para esse mesmo senso-comum?⁴

Os museus são apenas um LUGAR onde existem coisas velhas⁵, objetos velhos (que o público visita); as bibliotecas um LUGAR onde existem livros (para serem lidos) e os arquivos um LUGAR onde existem papéis, coisas guardadas, informações (que algumas pessoas consultam).

A dimensão humana de toda e qualquer construção teórica transforma-a, como se sabe, não apenas num problema lógico, mas num problema antropológico (PEREIRA (1986)). O pesquisador ao formular questões e ao tentar respondê-las, ao construir e desconstruir conceitos, ao vivenciar o processo de conhecimento, não se desembaraça inteiramente, por mais que se esforce, de todas as suas crenças, preconceitos, imagens e hábitos mentais.

A idéia de que um pesquisador ou cientista envolvido com a construção teórica "possa partir do zero, não passa de um mito". (BACHELARD (s.d.)).

Seguindo esta trilha, não é difícil compreender a importância de senso-comum para as construções teóricas de natureza científica, mesmo quando estas construções o contrariam. Como esclarece P. DEMO, existem "orlas de contato" no "espaço contínuo" constituído pelo senso-comum, pela ciência e pela ideologia. (1981:14).



(5)

O senso-comum decorre de um conhecimento não-crítico e imediatista, é formado por um conjunto de informações não-sistematizadas, que podem estar corretas ou não, podem ser úteis ou não. A crítica ao senso-comum, o aprofundamento e a sistematização das informações, o abandono das opiniões incoerentes e inconsistentes, portanto, é a base para a construção do conhecimento científico.

No caso das áreas de biblioteconomia, arquivologia e museologia, como vimos, o senso-comum não demora em associá-las ao estudo de bibliotecas, arquivos e museus, respectivamente. Ora neste caso, o que está acontecendo é o desenvolvimento de uma abordagem imediatista e reducionista que fixa o objeto de estudo das áreas citadas nos aspectos institucionais.

Por este viés, estas disciplinas não poderiam ter nenhum papel descritivo ou interpretativo de realidades em trânsito, estariam reduzidas ao papel de organizadoras de dados, seriam apenas disciplinas envolvidas com os procedimentos técnicos e nada mais. Qualquer outro esforço de estudo que escapulisse ao âmbito institucional ou mesmo que buscasse abordar o lugar histórico-social dessas instituições estaria, paradoxalmente, fora do âmbito das disciplinas em apreço.

É interessante observar, no entanto, que mesmo admitindo que a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia estudam respectivamente os arquivos, as bibliotecas e os museus, não teríamos realizado avanço algum, teríamos apenas adiado o problema. Posto que seria necessário ir mais adiante e perguntar: o que é o arquivo, a biblioteca e o museu.

Neste ponto, se prestamos atenção ao senso-comum e se somos capazes de criticá-lo, poderemos ter surpresas. Pelo senso-comum somos levados a compreender que as três instituições têm existência espacial concreta, mas têm também existência social; ou

seja, elas não existem ao natural, e sim em sociedade, como um fenômeno sócio-cultural. Elas, apresentam-se como lugares onde determinados bens culturais⁷ são reunidos e preservados. A preservação, no entanto, não dispensa o uso social. Em outros termos: museus, arquivos e bibliotecas guardam coisas, papéis, livros para serem usados por determinadas pessoas. Nos três casos temos a identificação de um lugar (espacial e social), a identificação de bens culturais e a identificação de usuários, tudo isso fazendo parte da mesma realidade e do mesmo processo histórico.

Para além das amarras institucionais é possível perceber o processo dinâmico dos conceitos museu, arquivo e biblioteca - espaços de relação.

3. Em busca de uma unidade conceitual.

Partindo do senso-comum foi possível identificar que museus, arquivos e bibliotecas estão sustentados num trinômio composto pelos seguintes elementos: lugar ou espaço; objeto, livro ou documento; usuário ou público.

No âmbito da museologia este trinômio foi identificado e denominado de ternário matricial (CHAGAS (1990:41-45)), por ser matriz de análise conceitual. Ao afirmar que a museologia tem por objeto de estudo a relação entre o homem/sujeito e o objeto/bem cultural, num espaço/cenário denominado museu⁸, a Prof.^a Waldisa RÚSSIO (1990:7-12) estava claramente adotando este mesmo ternário matricial como ponto de partida para a delimitação possível de uma área de conhecimento.

Queremos entender que este ternário é válido também como delineador do campo de conhecimento das áreas de arquivologia e biblioteconomia.

Joseph Z. Nitecki, director das bibliotecas da State University of New York at Albany, em texto publicado no *Journal of Library History* aproxima-se bastante desse mesmo ternário ao sugerir que a

metabiblioteconomia é uma disciplina que estuda a relação entre três componentes básicos da transferência de conhecimento (ou informação): o Livro (B - book), o conhecimento (K - knowledge) e o usuário (U - users). [1981: 106-119].

É evidente que Nitecki está consciente de que a relação livro-usuário (B-U) não corre descolada de uma realidade espaço-temporal. Ao privilegiar o conhecimento na composição do seu ternário de estudo ele parece formar-se ao lado de autores como Gérard NAMER [1987 : 106-119], que tenta compreender a biblioteca como o lugar da MEMÓRIA DO SABER e o museu como o lugar da MEMÓRIA DO VALOR.

Essa distinção, equivocada em minha opinião, reflete o posicionamento ideológico que identifica o universo do conhecimento e do saber com o universo da escrita, como se os objetos não fizessem parte do universo do conhecimento; como se não fosse possível trabalhar as informações de que os objetos são suportes. Por outro lado, não reconhecer a MEMÓRIA DO VALOR nas bibliotecas é desconsiderar o caráter seletivo de todo e qualquer recorte da realidade que toma por base os bens culturais. Finalmente, enfatizar o conhecimento (K), na relação livro (B) - usuário (U) é não reconhecer que esta relação pode também estar direcionada para o prazer, para o entretenimento, para o lazer. Assim, preferíamos considerar que o cognitivo, o afetivo e o sensorial são experiências possíveis na relação homem-bem cultural.

No caso das três áreas de conhecimento é possível o estabelecimento do seguinte quadro:

UNIDADE CONCEITUAL	DESDOBRAMENTOS
1º homem/sujeito	usuário, consulente, participante, público, comunidade
2º documento/bem cultural	objetos, livros, papéis, coleção, patrimônio cultural e natural
3º espaço/relação	edifício, sala de consulta, sala de leitura, lugar qualquer, espaço de representação, território.

O que movimenta o ternário matricial é a relação entre os seus três vértices. Esta relação: homem, documento e espaço é precisamente o ponto de UNIDADE CONCEITUAL para as três áreas de documentos aqui tratadas.

É importante explicitar o conceito de documento que está sendo trabalhado. Por um lado, o documento é compreendido como "aquilo que ensina" (doccere) ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém. O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Ele está, brota e surge a partir da relação que com o documento/testemunho se pode manter.

Por outro lado, o documento é compreendido como "suporte de informações" que só podem ser preservadas e resgatadas através do questionamento.

É interessante observar que as coisas não são documentos em seu nascedouro. As coisas são coisas. Em outros termos, os objetos

nascem objetos, com determinadas e específicas funções. Por exemplo, o revólver que pertenceu ao Duque de Caxias, hoje incorporado ao Museu Histórico Nacional, nasceu como uma arma de fogo, capaz de matar seres humanos. Ele não surgiu com a função documental ou mesmo representacional. Ele não surgiu como um objeto capaz de representar as ações do Estado Imperial brasileiro direcionadas no sentido de manter a ordem interna, por exemplo. Mas hoje, ele é um documento e tem função representacional.

O que faz de uma coisa ou de um objeto um bem cultural ou um documento?

Um documento se constitui no momento em que sobre ele lançamos o nosso olhar interrogativo; no momento em que perguntamos o nome do objeto, de que matéria prima é constituído, quando e onde foi feito, qual o seu autor, de que tema trata, qual a sua função, em que contexto social, político, econômico e cultural foi produzido e utilizado, que relação manteve com determinados atores e conjunturas históricas etc.

Todo e qualquer objeto, como é amplamente reconhecido, apresenta dados extrínsecos e intrínsecos.

Peter Van Mensch (1989:53-62) professor de Teoria Museológica da Reinwardt Academy - Museology Department, identifica três matrizes dimensionais para a abordagem dos objetos (museológicos) como portadores de dados necessários para as ações de preservação, pesquisa e comunicação:

"A - Propriedades físicas

1. Composição material
2. Construção técnica
3. Morfologia subdividida em:
 - a. Forma espacial e dimensões
 - b. Estrutura de superfície

- c. Cor
- d. Padrões de cor e imagem
- e. Texto (quando for o caso)

B - Função e significado

1. Significado primário
 - a. Significado funcional
 - b. Significado expressivo (valor emocional)
2. Significado secundário
 - a. Significado simbólico
 - b. Significado metafísico

C - História

1. Genesis, o processo através do qual a idéia e a matéria prima se mesclam em uma forma.
2. Tratamento
 - a. Primeiro uso (geralmente em concordância com as intenções do artífice)
 - b. Reutilização
3. Deterioração
 - a. Fatores endógenos
 - b. Fatores exógenos
4. Conservação e restauração."

Para além da identificação de dados intrínsecos (tais como: peso, dureza, forma, cor, textura etc.) e de dados extrínsecos de ordem cultural (tais como: função, valor estético, valor histórico, valor financeiro, valor simbólico, valor científico etc.) o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) o DIZ e o valoriza

de um modo diferenciado. É preciso DIZER para que o bem cultural se constitua como tal. Nesta vereda, se compreende o trânsito do bem cultural pelo sertão do arbítrio. A constituição do bem cultural passa através de um processo de atribuição voluntária de valores.

Parece ter ficado bastante claro que no caso da museologia, da biblioteconomia e da arquivologia operamos com uma unidade conceitual que se define pela relação: homem-documento-espaco. Cada um desses três elementos é uma partícula atômica. Eliminar um deles é romper o equilíbrio do átomo conceitual.

O átomo conceitual a que nos referimos articula-se com outros conceitos básicos quando se trata de construir os fundamentos teóricos da documentação.

4 - Em busca de novas articulações: Patrimônio-Memória-Preservação-Comunicação-Investigação.

Pela via do documento (bem cultural) somos levados ao conceito de PATRIMÔNIO, ou seja: um conjunto de bens culturais sobre o qual incide uma determinada carga valorativa.

O termo patrimônio está vinculado à idéia de "herança paterna", de alguma coisa que se transfere de uma geração para outra, de um tempo para outro tempo.

O conceito de documento nos leva também ao conceito de MEMÓRIA. Para que possamos pensar o documento como "aquilo que ensina" ou "como suporte de informação", não podemos abrir mão da memória. Não há aprendizagem e não há informação sem a presença da memória. Mesmo quando pensamos a informação como o novo, o inesperado, ou aquilo que não se podia prever (AMARAL (1977:401)), a memória é fundamental, uma vez que o novo não tem sentido sem a memória para reconhecê-lo. A memória justifica o novo, a informação e a redundância.

Compreendemos a memória como a projeção de determinada referência de um tempo "A" em um tempo "B", ou ainda como "a não

completa destruição do objeto percebido", como afirmava o filósofo hindú Patañjali (sec. IV a.c.). (HENRIQUES (1984:114).

Neste caso, como já indicamos em outro texto, a memória assemelha-se a um roubo à morte, ou a uma forma de resistência à destruição. De qualquer modo, o que não podemos deixar de indicar é a existência da MEMÓRIA PROVOCADA, e da MEMÓRIA ESPONTÂNEA⁹, e em ambos os casos o seu caráter seletivo.

Pensando a memória de forma mais ampla e através de uma imagem, poderíamos dizer que os documentos são nucléolos de energia no oceano da memória, são ilhas de sentido construído, e o patrimônio cultural um arquipélago em permanente devir.

A articulação entre os conceitos documento, patrimônio e memória, põe em evidência a necessidade de três outros conceitos fundamentais para a construção teórica na área da documentação, quais sejam: PRESERVAÇÃO, COMUNICAÇÃO e INVESTIGAÇÃO.

Como vimos, os documentos são representações de memória e estão articulados à idéia de preservação. Ao se constituir um documento, de imediato se coloca com esta constituição a necessidade de preservá-lo. Ao longo do tempo essa necessidade exige permanente confirmação.

O termo preservação está vinculado a idéia de "ver antecipadamente" o perigo de destruição. Assim, preservação e destruição, à semelhança de memória e esquecimento, são indissociáveis. Sendo o perigo de MORTE a grande ameaça, compreende-se que preservação seja o esforço de prolongamento da VIDA útil do bem cultural. Prolongar a vida útil é o mesmo que buscar projetar este bem cultural de um tempo em um outro tempo.

A preservação tem também um caráter seletivo e no caso dos museus, arquivos e bibliotecas ela é claramente resultado de um ato de vontade.

Compreendendo o documento como suporte de informação, fica bastante claro que a necessidade de preservação do suporte é mera

contingência. O desafio mesmo é preservar a possibilidade de informação.

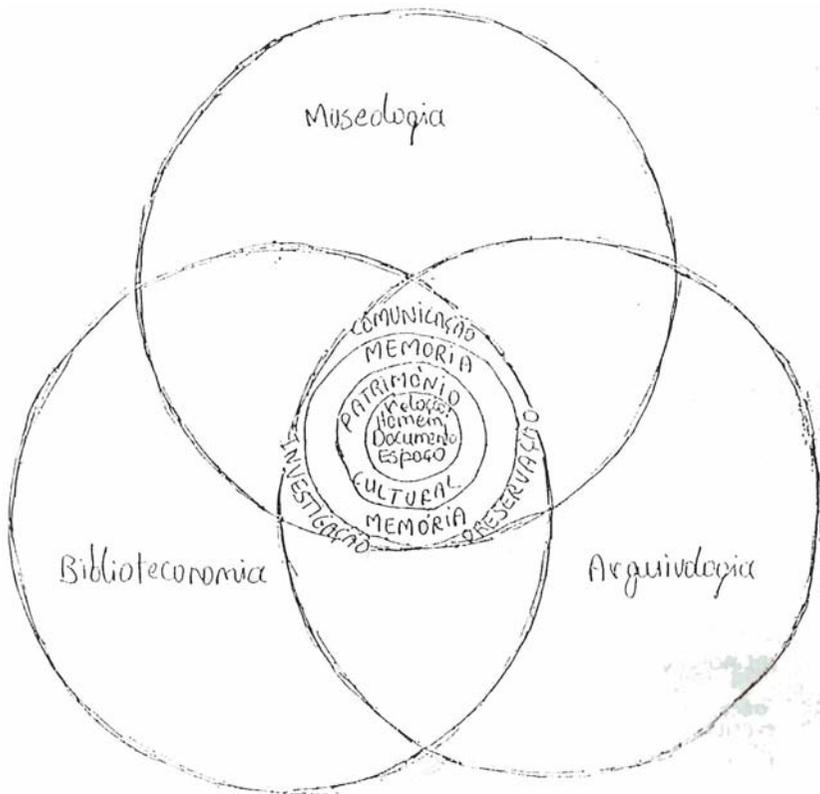
O que fazer com o objeto preservado? A preservação por si só não lhe confere, ou mesmo não lhe restitui, o caráter de documento. A preservação não justifica a si mesma, ela é um meio e não um fim. É necessário que ao lado da preservação se instaure o processo de comunicação.

É pela comunicação: homem-bem cultural preservado que a condição de documento emerge. A comunicação confere sentido ao documento. Quando anteriormente falamos na relação homem-bem cultural-espço, estávamos conscientes de que é no seio desta relação que a comunicação se desenvolve.

A possibilidade de comunicação do bem cultural torna possível também a emergência do novo, do original. Em outros termos: o processo de comunicação é base necessária para a produção de conhecimento original a partir do bem cultural preservado.

Em contra partida, o processo de investigação amplia as possibilidades de comunicação do bem cultural e dá sentido à preservação. A pesquisa, compreendida como produção de conhecimento pode PARTIR do documento, mas pode também CHEGAR a definir novos documentos. A pesquisa é a garantia da possibilidade de uma visão crítica sobre a área da documentação, envolvendo a relação homem-documento-espço, o patrimônio cultural, a memória, a preservação e a comunicação.

Em termos gráficos os conceitos aqui trabalhados podem ser apresentados da seguinte forma:



5 - Em busca da identificação desses conceitos nas áreas de museologia, arquivologia e biblioteconomia.

Parece indiscutível que os conceitos de documento e de patrimônio cultural possam ser aplicados às áreas de museologia, arquivologia e biblioteconomia. No entanto, alguns profissionais insistem em deixar de fora do campo da documentação a museologia, os museus e os bens culturais musealizados. É o que acontece, por exemplo, com Emilia CURRÁS (1982:26-27) que mesmo aceitando a aplicação do conceito documento aos objetos museológicos, mantém a museologia, com base em argumentos nada convincentes, alijada do campo das ciências da documentação.

É interessante observar que mesmo aceitando teoricamente o conceito amplo de documento, a prática de muitos profissionais se revela excludente em relação aos objetos tridimensionais. Esta prática atinge diversas áreas de conhecimento e tende a incluir, em termos metodológicos, na pesquisa documental e na análise documental apenas o testemunho escrito, quando muito o bidimensional.

Em relação ao conceito memória vale esclarecer que a palavra museu tem origem no Templo das Musas (Mouseion), que são filhas de Minemósine e Zeus. O museu é casa de memória.

O termo arquivo, por seu turno, tem origem na Grécia, no Templo de Arkeión, residência dos magistrados, lugar onde o governo guardava seus documentos. A vinculação entre guarda e memória é explícita.

A biblioteca surge também com a idéia de guarda do escrito. Claramente, como diria Jorge Luís Borges, ela é EXTENSÃO DA MEMÓRIA; assim como o microscópio é extensão da visão, o telefone é extensão da voz e a espada extensão do braço.

Como afirma a profs. Lena Vânia Ribeiro PINHEIRO (1992:11):

"A questão da memória foi, primordialmente, campo da história e com esta se funde e confunde. E os materiais da História, documentos, estavam tradicionalmente 'guardados' nas 'instituições-memória' (LE

GOFF), nos 'lugares topográficos da memória' (NORA) ou 'instituições de memória cultural' (NAMER: bibliotecas, arquivos e museus".

A preservação, a comunicação e a investigação estão presentes nas três áreas aqui tratadas. O desafio básico dessas áreas, bem como das instituições de memória cultural, é manter o equilíbrio dinâmico entre a preservação, a comunicação e a investigação. Frequentemente, no entanto, as instituições de memória enfatizam em determinados momentos um desses três aspectos.

Os museus através da teoria e da prática das exposições, dos serviços educativos, da promoção de eventos e espetáculos, têm se destacado no campo da comunicação. A Declaração de Caracas (1992) corrobora o que aqui estamos sustentando.

As bibliotecas e os arquivos têm avançado no campo da produção de conhecimento e da preservação de informações. Os procedimentos técnicos para recuperação e preservação de informações, bem como os estudos sobre produção e transferência de conhecimento, estão bastante avançados nas áreas de arquivologia e biblioteconomia.

De qualquer modo, as três áreas estão passando por problemas de redefinição dos seus objetos de estudo, de discussão de limites e fronteiras e, conseqüentemente, de reorganização do mercado de trabalho.

O fato importante a ser destacado é que, deixando de lado as idiossincrasias profissionais e os procedimentos técnicos diferenciados para o tratamento da informação, há nitidamente um campo de interface substancial entre as três áreas. Esta interface em termos teóricos se evidencia através dos conceitos aqui abordados.

6 - Fronteiras disciplinares - a guisa de conclusão e de provocação

O mapa Mundi, de um modo geral e o do Brasil, de um modo particular, não são mais os mesmos. Nos últimos dez anos as mudanças foram grandes. As fronteiras geográficas, políticas,

econômicas e sociais estão sendo rediscutidas, revistas e redefinidas com grande velocidade neste final de século.

Áreas novas de conhecimento estão surgindo a partir da confluência de disciplinas, por exemplo: bio-física, bio-química, sócio-linguística, etno-matemática, etc.

Em relação à museologia, à biblioteconomia e à arquivologia não poderia ser diferente. Também estas áreas de conhecimento estão sofrendo redefinição de fronteiras. Prenhes de vitalidade, elas estão não apenas redimensionando os seus objetos de estudo, mas também rompendo gradualmente com a noção de disciplina e se abrindo para o inter e transdisciplinar. Ao lado dessa abertura firma-se, também gradualmente, a idéia de campo de conhecimento para o qual podem concorrer várias disciplinas.

É importante destacar, como faz PORTELLA, que "a emergência interdisciplinar é contemporânea da desestabilização dos conhecimentos departamentais, suscitada pelo imperialismo disciplinar. O pensamento confinado à disciplina fez com que graves sintomas de claustrofobia se manifestassem. Era preciso reoxigená-lo.

"A interdisciplinaridade afirma-se desta forma, como crítica da especialização e recusa de uma ordem institucional dividida. Após a fragmentação da filosofia, em "distritos do saber". (192:5).

Estas considerações são fundamentais para que se possa compreender, no âmbito dos cursos e escolas de formação profissional, que a imposição da disciplina e da ordem, sem um trabalho permanente de crítica reflexão e ação, não nos ajuda a avançar e a aprimorar a produção de conhecimento, a comunicação e a preservação no rumo do interdisciplinar.

A esse respeito o mesmo PORTELLA manifesta-se afirmando: "O ensino é, antes de mais nada, o aprendizado de uma disciplina cuja pretendida 'pureza' é totalmente ilusória. Esta quimera da 'pureza' disciplinar se choca, finalmente, com a realidade da mestiçagem interdisciplinar".(1992:7)

No campo da documentação esta mestiçagem tem sua presença confirmada. A museologia, a arquivologia e a biblioteconomia são

áreas vocacionadas para a interdisciplinaridade e estão muito distantes de se constituírem em disciplinas "puras".

A museologia e os museus, por exemplo, recebem permanentemente o aporte de outras disciplinas, e isso, longe de significar a sua decadência, é o sinal contundente de sua vitalidade.

A discussão sobre as fronteiras disciplinares na museologia foi tratada por STRANSKY (apud MENSCH (1989:61)) da seguinte forma:

"Os pontos de vista heurísticos de diversas disciplinas científicas são inevitáveis. Somente através da integração de vários níveis de reconhecimento seremos capazes de estar relativamente próximos do reconhecimento da totalidade da coisa como tal.

Esta aproximação multidisciplinar requer um coordenador particular (...) no caso de um museu, este papel pode não ser assumido por uma das ramas factíveis de aplicação museológica, senão somente pelo museólogo".

A construção teórica na área da documentação passa pela interdisciplinaridade, pela identificação de uma UNIDADE CONCEITUAL comum às áreas de conhecimento que operam, de algum modo, com a questão do documento (bem cultural). O esforço aqui desenvolvido assumiu exatamente essa direção, ou seja, tratou de apontar uma unidade conceitual possível, definida pela relação homem-bem cultural-espço, e de articulá-la com os conceitos de patrimônio, memória, preservação, comunicação e investigação, tudo isso tendo como pano de fundo - o tempo, em permanente fluir.

NOTAS

1. O subtítulo em tela foi proposto pelas professoras Liana Rubi Tereza O'Campo, Maria Tereza Fontoura e Vera Dudebei.

2. Cito de memória.

3. Definição de museologia esboçada, com muito humor, por A. GALLA, em conversa com o autor, em setembro de 1993, na Universidade do Rio de Janeiro.

4. As opiniões que se seguem foram coletadas em conversas informais com pelo menos dez pessoas, na cidade do Rio de Janeiro (zona norte), com a faixa etária variando entre 11 e 50 anos.

5. O texto **Museu: Coisa Velha Coisa Antiga**, resultado de enquete coordenada pelo autor (1987), aborda o problema da construção de imagens e da associação de idéias a partir do vocábulo *museu*.

6. Este quadro, criado por Pedro DEMO, encontra-se publicado no livro **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo, Editora Atlas, 1981, p. 14.

7. Neste texto considera-se o bem natural incluído no bem cultural. "A paisagem percebida pelo homem é para o museólogo também um dado cultural". (RUSSIO (1984:59-64).

8. O *museu* aqui está entendido não como instituição, e sim como conceito.

9. Estes dois conceitos encontram-se expressos no livro **Milinda Panha** (Doutrina do Budismo Ortodoxo), que narra o diálogo entre Nagasena e Menandro, sec. IX a.c..

BIBLIOGRAFIA

- (1972) MOLES, A. A Teoria dos Objectos. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 189 p.
- (1973) MILINDA PANHA, As Perguntas do Rei Milinda. Rio de Janeiro, Livros do Mundo Inteiro. 205 p.
- (1977) AMARAL, M. T. Filosofia da Comunicação e da Linguagem, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/MEC, 136 p.
- (1981) NITECKI, J. An Idea of Librarianship: an outline for a root - Metaphor, Theory in Library Science. In: Journal of Library History. v. 16, nº 1. Texas, p. 106-119.
- (1981) DEMO, P. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo, Atlas, 255 p.
- (1982) CURRAS, E. Las Ciências de la Documentation: biblioteconomia, archivologia, documentacion e informacion. Barcelona, Mitre. 240 p.
- (1984) HENRIQUES, A. R. Yoga & Consciência - a filosofia psicológica dos yoga-sutras de Patañjali. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes. 296. p.
- (1984) MUELLER, S. P. M. Em Busca de uma Base Comum para a Formação Profissional em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Arquivologia: relato de um simpósio promovido pela UNESCO in: Revista Biblioteca 12(2) Brasília. p. 157-165.
- (1986) PEREIRA, O. O Que é Teoria. São Paulo, Brasiliense, 92 p.
- (1986) RODREDO, J. Documentação de Hoje e de Amanhã: uma abordagem informatizada da biblioteconomia e dos sistemas de informação, 2ª ed. Brasília. Ed. do autor.
- (1986) VIANNA, A. e outros. A Vontade de Guardar: lógica da acumulação em arquivos. In: ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO, 10-14(2) Rio de Janeiro p. 62-76.
- (1986) ALMINO, J. O Segrado e a Informação: Ética e política no espaço público. São Paulo, Brasiliense, 118 p.

-
- (1987) NAMER, G. Mémoire et Sociétés. Paris. Méridiens Klincksieck. 242 p.
- (1989) MENSCH, P. V. El Objeto como Portador de Datos. In: Cuadernos de Museologia. Lima, Museo de Arte Popular. p. 53-62.
- (1990) RUSSIO, W. C. O Conceito de Cultura e a sua Interrelação com o Patrimônio Cultural e a Preservação. In: Cadernos Museológicos nº 3. Rio de Janeiro, IBPC. p-7-12.
- (1990) CHAGAS, M. O Objeto de Pesquisa no caso dos Museus. In: Ciência em Museus V. 2. Belém, CNPQ. p. 41-45.
- (1992) PINHEIRO, L.V.R. Prefácio. In COSTA, I.T.M. Memória Institucional do IBGE: em busca de um referencial teórico. Rio de Janeiro, IBGE. 39 p.
- (1992) Declaração de Caracas. Caracas, ICOM/UNESCO. Xerox, 10 p.
- (1992) PORTELLA, E. A reconstrução da disciplina. In: REVISTA TEMPO BRASILEIRO. Interdisciplinaridade. nº 18. Rio de Janeiro. p. 5-7.
- (s.d.) BACHELARD. G. A Construção das Teorias Científicas. (Apostila do curso de mestrado em Administração de Centros Culturais/UNIRIO)
- (s.d.) MENSCH, P. V. The Objet of Knowledge in Museology. xerox. 10 p.